

## MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**Título:** Relação entre administração e política na administração pública de Minas Gerais: o acordo de resultados em foco

**Autor:** Marcos Inácio Severo de Almeida

**Orientador:** Afonso Augusto Teixeira de Freitas de Carvalho Lima

**Data da defesa:** 30/04/2008

Esse trabalho discute a relação entre Política e Administração e analisa os fatores responsáveis pela modificação da metodologia do Acordo de Resultados, instrumento de gestão institucional do estado de Minas Gerais. No contexto da administração pública mineira, o programa de governo Choque de Gestão alcançou visibilidade após sua apresentação à população em 2002. Entre uma série de modificações que foram promovidas na estrutura administrativa, merece destaque a introdução do sistema de contratualização definido pelos idealizadores como Acordo de Resultados. Incorporado ao aparato administrativo, o instrumento teve sua metodologia alterada a partir de 2007, preservando determinadas características fundamentais. Diante da importância que o Acordo de Resultados assumiu e assume para a administração pública de Minas Gerais, foi elaborada uma pesquisa exclusivamente qualitativa com o objetivo de compreender que fatores administrativos e políticos foram responsáveis pela modificação da metodologia do instrumento, segundo percepção dos atores estratégicos escolhidos como sujeitos da pesquisa. Cinco atores estratégicos da cúpula do Governo foram escolhidos e relataram experiências e percepções na

condução e acompanhamento do instrumento de gestão institucional. Das entrevistas conduzidas e da pesquisa documental, prosseguiu-se com a escolha da Análise de Conteúdo como técnica de análise dos dados. Verificou-se que, entre 2003 e 2006, o instrumento apresentou problemas de ausência de alinhamento e incompatibilidade de metas com outros instrumentos do sistema de planejamento de Minas Gerais. A cooperação ganhou status de recurso crítico nesse contexto, pois se constatou que chefias e servidores não cooperaram de maneira satisfatória com o Acordo de Resultados. Esses problemas não impediram que o instrumento adquirisse importante função institucional, mas motivaram a modificação de sua metodologia. A partir de 2007, foram introduzidos indicadores de impacto definidos como indicadores finalísticos, dividiu-se o instrumento em etapas, e metas foram desdobradas para servidores de nível médio e operacional, com foco para as equipes de trabalho. Existe uma relação entre Administração e Política que não deve ser ignorada nesse contexto. O discurso político dos entrevistados, ao mesmo tempo em que procura legitimar a introdução e o estabelecimento do Acordo de Resultados, representa e funciona como importante instrumento de modernização e fortalecimento institucional. Os resultados alcançados nesse trabalho corroboram três importantes proposições da literatura utilizada: em primeiro lugar, são muito tênues as diferenças entre Política e Administração; em segundo lugar, grupos técnicos de administradores públicos adotam estratégias híbridas de atuação e reforçam o aspecto político em seu cálculo de atuação; e, por fim, no contex-

to de reduzido desempenho que apresentava o estado de Minas Gerais em 2003, o Acordo de Resultados conjugou os objetivos de melhorar a performance do aparato burocrático e fortalecer o Estado como instituição.

**Título:** O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Sustentável do Arranjo Produtivo Moveleiro de Ubá-MG

**Autor:** Adrian Rovetta da Silva

**Orientadora:** Telma Regina da Costa Guimarães Barbosa

**Data da defesa:** 26/05/2008

Os debates sobre o papel do Estado, a escassez de pesquisas sobre políticas públicas em Arranjos Produtivos e a notoriedade do desenvolvimento do Arranjo Produtivo moveleiro de Ubá-MG motivaram este trabalho a tentar descobrir que papel, efetivamente, as políticas públicas assumiram na história do desenvolvimento deste Arranjo, visto que a literatura sobre desenvolvimento industrial e vantagens competitivas sustentáveis lhe reserva espaço específico neste processo de desenvolvimento. Para esta tarefa, o estudo deste caso elaborou preliminarmente uma proposição teórica que orientou a coleta de dados pela abordagem qualitativa com o objetivo de obter: (a) a atual estrutura e características comerciais e institucionais do APL-Ubá/MG; (b) as mudanças estruturais, normativas e processuais pelas quais passou o APL; (c) um inventário de políticas públicas de desenvolvimento do APL moveleiro de Ubá-MG e região; (e) a constatação da existência, nas políticas públicas, de objetivos compatíveis com os fatores determinantes do desenvolvimento sus-

tentável da atividade produtiva encontrados na revisão de literatura; e (f) a percepção dos principais stakeholders do APL em relação às contribuições das políticas públicas na atividade do Arranjo. Utilizando princípios do método Delphi, a pesquisa ouviu algumas das principais lideranças envolvidas em projetos ligados ao desenvolvimento do APL e levantou outras evidências em Diários Oficiais, Planos Plurianuais, jornais, pesquisas de diagnóstico setorial, publicações institucionais, manuais e relatórios de órgão da administração pública. Apoiadas pela análise de conteúdo e em estatística elementar, as conclusões de cada fase da pesquisa foram confrontadas, considerando o período em que a política ocorreu, a característica de sua elaboração, a característica de sua implementação e a aderência destas políticas às proposições apontadas na revisão de literatura. A principal conclusão deste trabalho foi que, até recentemente, as políticas públicas não haviam desempenhado nenhuma função na história do desenvolvimento do APL moveleiro de Ubá-MG, deixando a cargo dos empreendedores locais o papel de fertilização do ambiente de negócio. Além disso, as recentes e variadas políticas públicas formuladas para o APL de Ubá se demonstraram condizentes com as proposições desta pesquisa, apesar de não contemplarem todas elas. Entretanto, os indícios e evidências sobre a forma da implementação de tais políticas recomendam uma reflexão sobre suas fragilidades com o objetivo de aprimorá-las.

**Título:** Análise de práticas de microcrédito: estudo comparativo dos casos Credimur no Brasil e Coopsocial na Colômbia

**Autora:** Tânia Margarita Mackenzie Torres

**Orientador:** Adriel Rodrigues de Oliveira

**Data da defesa:** 08/05/2008

Esta pesquisa teve por objetivo comparar as práticas de microcrédito no Brasil e na Colômbia, especificamente os casos das cooperativas de crédito Credimur (Brasil) e Coopsocial (Colômbia), tendo como propósito identificar os pontos convergentes e divergentes entre elas, bem como identificar as contribuições que tais práticas proporcionaram aos seus associados, na percepção dos gestores e associados de ambas as cooperativas. O referencial teórico foi embasado nos temas microfinanças, microcrédito, cooperativismo e cooperativismo de crédito. A metodologia empregada foi a abordagem qualitativa e quantitativa, em que os instrumentos utilizados foram entrevista e questionário aplicados aos gestores e associados das duas cooperativas, o que possibilitou as análises de conteúdo e estatística dos dados. O estudo apontou que o microcrédito oferecido pelas cooperativas apresenta aspectos comuns e divergentes entre elas, representados por características particulares de cada país, e que a contribuição proporcionada aos seus associados foi a geração de renda e emprego, a manutenção e criação de novos negócios e a melhoria da qualidade de vida dos associados.

**Título:** Organização do trabalho em saúde: a gestão de recursos humanos no Programa de Saúde da Família e a reorientação da atenção básica

**Autor:** Túlio da Silva Junqueira

**Orientadora:** Rosângela Minardi Mitre Cotta

**Data da defesa:** 24/04/2008

A partir de meados da década de 1970, o Brasil passa por importantes transformações político-democráticas configurando-se em anos de mudanças nos paradigmas da saúde. Com a Constituição de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), os gestores, trabalhadores e usuários do sistema se deparam com uma nova forma de pensar, estruturar, desenvolver e produzir serviços e assistência em saúde – modelo da produção social. Fundamental à organização da atenção básica do SUS, o Programa de Saúde da Família (PSF) foi criado em 1994 e normatizado pela Norma Operacional Básica do SUS de 1996 – NOB/SUS-96, que definiu suas formas de financiamento, incluindo-a no Piso da Atenção Básica (PAB). Desta forma, o PSF é uma estratégia de reestruturação do SUS por meio da Atenção Básica. Entretanto, para promover o desenvolvimento da real ruptura do modelo sanitário anterior - flexneriano - as relações trabalhistas devem superar a precarização do trabalho por meio de medidas como investimentos consistentes nas áreas da gestão de recursos humanos com a criação de meios de discussão para uma gestão democrática. A compreensão desses aspectos por todos os atores envolvidos - população, profissionais e principalmente pelos Secretários Municipais de Saúde (SMS), que de-

veriam ser os protagonistas da organização dessas ações - é fundamental para a discussão do processo de trabalho em saúde, dos processos de gestão, de educação permanente/continuada e de avaliação de serviços. Este trabalho tem como objetivos analisar as práticas de gestão dos SMS e suas condições definidoras e norteadoras, conhecer o conceito de saúde sob o qual se embasam suas práticas de gestão, avaliando o nível de apreensão e seu conhecimento sobre os princípios e diretrizes do SUS e do PSF, destacando-se a importância desses atores no contexto da reformulação do sistema sanitário nos municípios brasileiros. A referência é a administração de recursos humanos (RH) no PSF dos 52 municípios da Macrorregião Leste do Sul de Minas Gerais e dos 12 municípios da microrregião sanitária de Carangola, MG. Trata-se de um estudo de abordagem quanti-qualitativa no qual foi utilizado como instrumento para coleta de informações um questionário semi-estruturado dirigido aos SMS. Os dados da microrregião sanitária de Carangola mostraram que a média da idade dos SMS foi de 47,5 anos, sendo 66,7% do sexo masculino. Apenas 25,0% possuíam o nível superior completo e destes, somente 16,7% são profissionais de saúde. As prefeituras são responsáveis por 91,7% dos contratos dos profissionais de saúde, e os temporários e a indicação política estão presentes em 75,0% e 50,0% dos contratos, respectivamente, dos municípios. Em relação à Macrorregião Leste do Sul de Minas Gerais, a média da idade dos SMS foi de 39,4 anos, sendo 53,3% do sexo masculino. Apenas 28,9% possuíam o nível superior completo e destes, somente 13,3% eram profissio-

nais de saúde. As prefeituras são responsáveis por 93,3% dos contratos dos profissionais de saúde. As principais formas de contrato e seleção dos profissionais de nível superior foram os contratos temporários (75,6%) e indicação política (55,6%), o que confirma a defasagem dos direitos políticos e sociais dos trabalhadores, com o paradoxo de ser o Estado - via gestão municipal - o responsável pelo descumprimento das leis. Em relação ao conceito de saúde e ao nível de apreensão e conhecimento dos SMS sobre os princípios e diretrizes do SUS e do PSF, encontrou-se inadequado nível de conhecimento e apreensão pelos SMS sobre os princípios do SUS e do PSF, reforçando a constatação de que a consolidação da política de saúde pode estar acontecendo pela simples transferência de funções, antes executadas por hospitais e postos de saúde tradicionais, para as unidades básicas de saúde. O hospital deixa de ser o centro das atividades de saúde, conforme idealizado pelo projeto da reforma sanitária, mas na prática pouco se altera na lógica da atenção à saúde (a lógica continua a ser curativa e individual, ao invés de preventiva, de promoção e coletiva). A falta de um adequado nível de informação dos SMS prejudica a adoção de novas práticas na perspectiva de um novo modelo de atenção e gera a necessidade de que se instaure um processo de qualificação desses gestores e de ampliação da discussão sobre a introdução na administração pública de modelos profissionais de gestão que vão contra o clientelismo e o corporativismo - como, por exemplo, a indicação política - deixando de lado a competência técnica, profissional e de gestão necessárias para o exercício de cargos profissionais

e de direção. Neste sentido, destaca-se a importância da conscientização dos gestores para a gestão das ações e serviços de saúde com enfoque na saúde da família, como importante desafio para o êxito do modelo sanitário proposto. A expectativa é de que as contradições apontadas neste estudo se resolvam porque os gestores municipais têm compromisso ético, político e técnico com a saúde de seus munícipes.

**Título:** Alocação de recursos e eficiência na gestão do Programa Bolsa Família

**Autora:** Doraliza Auxiliadora Abranches Monteiro

**Orientador:** Marco Aurélio Marques Ferreira

**Data da defesa:** 17/12/2008

No intuito de combater a pobreza, em 2003 foi criado pelo governo federal o Programa Bolsa Família. É um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza. Considerado por diversos autores o principal programa de transferência de renda existente no Brasil, beneficia cerca de 11 milhões de famílias, e o investimento realizado é em torno de R\$8 bilhões. O Programa contempla a articulação de três dimensões essenciais à superação da pobreza, sendo elas: promoção do alívio imediato da pobreza pela transferência direta de renda à família, reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação por meio dos cumprimentos das condicionalidades e a coordenação de programas complementares. Dessa forma, o programa emerge no contexto socioeconômico marcado pela

contundente pobreza e desigualdade social verificada alto nível de desemprego, baixo rendimento proveniente do trabalho, crescimento da violência, verificados especialmente nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil. No entanto, diversos estudos no tocante à avaliação de programas sociais têm discutido a eficácia desse programa no enfrentamento à pobreza, em que há autores que apontam os lados positivos e negativos dessas ações, havendo divergências de opiniões a respeito do Programa Bolsa Família. Assim, o presente estudo tem como objetivo verificar a alocação de recursos e a eficiência na gestão do Programa Bolsa Família, com o intuito de investigar os fatores que direcionam a distribuição dos recursos dos programas sociais do governo federal, bem como a evolução dos gastos sociais do governo federal e dos gastos com o Programa Bolsa Família, para observar se, além da transferência da renda aos mais pobres, houve ou não investimento em infraestrutura social, e investigar os fatores condicionantes da gestão do Programa Bolsa Família em Minas Gerais. Para a análise dos fatores que direcionam o repasse social, foi estimada uma regressão linear múltipla com dados em painel para os 27 estados brasileiros, cujo período do estudo foi de 2004 a 2006. Para a análise da evolução e comparação dos dados do Programa Bolsa Família e os gastos sociais federais, foram utilizadas a Taxa Média Geométrica de Crescimento e a Taxa de Crescimento. E para o estudo dos fatores que determinam a eficiência na gestão do Programa Bolsa Família, foram utilizadas as seguintes técnicas estatísticas: Análise Exploratória de Dados (AED), visando a

compreender, descrever e resumir o comportamento do conjunto dos dados; e para verificar a intensidade da relação entre conjunto de valores quantitativos emparelhados, foi realizado o cálculo do coeficiente de correlação linear - Correlação de Pearson. Os dados foram operacionalizados, utilizando-se os seguintes Softwares: "EViews 5.0"; "Statistic Package for Social Science" (SPSS) 15.0; e "Microsoft Excel". Os resultados apontam que há fatores socioeconômicos direcionadores do repasse financeiro dos programas sociais, principalmente aqueles indicadores diretamente relacionados à pobreza, demonstrando seletividade dos critérios de focalização por meio de financiamento ou investimento de um conjunto de programas sociais. Destaca-se que há predominância do Programa Bolsa Família nos recursos destinados, apontando-o como o maior programa social do Brasil. Foi observado também que, desde a implementação do Programa Bolsa Família no Brasil em 2003, os investimentos nesse programa têm aumentado, resultando em um crescimento médio de 12,46% ao ano, da mesma maneira houve aumento dos gastos sociais do governo federal, considerados por diversos autores como os que possuem maior capacidade para ter impacto estrutural no combate às desigualdades e à pobreza. Esse resultado representa fator positivo para toda a sociedade, principalmente pelo fato de o Programa Bolsa Família trazer em seu esboço a contrapartida de inserção em outros serviços oferecidos pelo Estado ou pela sociedade organizada. No tocante à gestão do Programa Bolsa Família, houve fatores que expuseram a fragilidade da gestão pública social municipal que com-

prometem a eficiência do programa. Verificou-se que em Minas Gerais existem municípios com baixos escores nos itens que compõem o Índice de Gestão Descentralizada (IGD), demonstrando deficiências em diversos aspectos, tais como geração de informações do Cadastro Único e gestão das condicionalidades "saúde" e "educação". Outros fatores como o aumento da população e das famílias beneficiadas também influenciam a gestão do programa, uma vez que municípios maiores apresentam menores escores de IGD.

## MESTRADO EM ECONOMIA

---

**Título:** O Compartilhamento de Risco na América Latina 1951-2003: Uma Abordagem de Dados em Paineis

**Autor:** Breno Augusto da Silva e Silva

**Orientador:** Nelson da Silva

**Data da defesa:** 16/12/2008

Este trabalho buscou caracterizar a existência de compartilhamento de risco na América Latina, por meio de dados de renda per capita e consumo per capita de 18 países latino-americanos, 6 países desenvolvidos (G6) e 11 países emergentes. Utilizou-se a metodologia de Dados em Painéis, procedimento econométrico amplamente utilizado na literatura econômica. O trabalho analisou o compartilhamento de risco entre países da América Latina, desconsiderando o resto do mundo, e também entre a América Latina e o resto do mundo, no curto e longo prazos, mediante dois modelos empíricos. No primeiro modelo, denominado principal, que fez análises de curto prazo e de lon-

go prazo, observou-se que o compartilhamento de risco na América Latina, em geral, é baixo, corroborando os resultados de outros trabalhos relevantes. No caso Intra-América Latina, os resultados mostraram que 20% dos riscos idiossincráticos foram compartilhados no curto prazo, enquanto no longo prazo, apenas 7%. No caso Inter-América Latina em relação ao resto do mundo, o compartilhamento de risco da região, em relação a países desenvolvidos, foi de 15% no curto prazo e de 4% no longo prazo; em relação a países desenvolvidos e a países emergentes, o compartilhamento foi de 15% no curto prazo e de 13% no longo prazo. Um modelo complementar e comparativo, relacionado apenas ao curto prazo, mostrou que, para os países latino-americanos, a correlação entre consumo próprio e consumo mundial é de 27% no caso intra-América Latina, 22% no caso interpaíses considerando o G6 e 21% no caso interpaíses considerando G6 mais os emergentes. Os resultados mostram que o compartilhamento de risco de curto prazo é maior no caso Intra-América Latina e de longo prazo é maior quando países emergentes são incluídos na análise. Assim, uma maior integração financeira da América Latina com outros países, como os emergentes, poderia promover maior suavização do seu consumo de longo prazo.

**Título:** Políticas públicas e agricultura familiar: uma abordagem territorial do Pronaf no médio Jequitinhonha

**Autor:** Sandro Pereira Silva

**Orientador:** Eloy Alves Filho

**Data da defesa:** 21/11/2008

Existe atualmente uma multiplicidade de estratégias de atuação da produção agrícola familiar no campo das economias territoriais, o que favorece o planejamento e a gestão dos recursos naturais, sua distribuição mais equitativa e sua administração mais descentralizada. Assim, o apoio à produção familiar agrícola pode ser uma estratégia para a dinamização da economia de muitos territórios rurais brasileiros que passam por uma fase de estagnação e diminuição das oportunidades de geração de renda. Neste trabalho, buscou-se verificar quais são os principais fatores pelos quais a implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural com foco na agricultura familiar, em especial o Pronaf, podem auxiliar no processo de desenvolvimento territorial em territórios que apresentam baixa dinamização econômica e quais são os alcances de seus impactos. Tratou-se de analisar o potencial dessas políticas – que apresentam como foco específico o universo da agricultura familiar – em produzir efeitos diretos e indiretos nas economias dos municípios que compõem esses territórios, propiciando assim uma maior dinâmica intersetorial nos territórios. Para definir o recorte territorial, adotou-se a estratégia utilizada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, órgão da esfera administrativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para a análise empírica, foi escolhido como recorte analítico o Território Médio Jequitinhonha em Minas Gerais. O estudo foi dividido em duas partes. Na primeira, foram estudadas as principais institucionalidades e formas de interação social a serem consideradas no âmbito na execução do Pronaf no território. Na

segunda, por meio do instrumental estatístico de Dados em Painel, foram analisados os impactos dos créditos do Pronaf nas principais variáveis econômicas dos municípios do Médio Jequitinhonha. Chegou-se à conclusão de que as políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar são capazes de trazer impactos positivos para economias de baixa dinamicidade econômica, como é o caso do Território Médio Jequitinhonha, desde que sejam observadas as características geográficas, populacionais, institucionais e econômicas do território. O trabalho permitiu corroborar a hipótese utilizada neste trabalho sobre os dois fatores que essas políticas, como o Pronaf, podem auxiliar no processo de desenvolvimento desses territórios, bem como também entender melhor cada um deles. Esses dois fatores estão ligados a questões institucionais e econômicas no interior do território, conforme demonstraram os resultados.

**Título:** Eficiência dos departamentos da Universidade Federal de Viçosa

**Autor:** Paulo Lima Verardo

**Orientador:** Adriano Provezano Gomes

**Data da defesa:** 26/09/2008

As Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) são partes fundamentais da estrutura do nível de ensino brasileiro e vêm expandindo suas atividades. Porém, essas instituições enfrentam uma restrição orçamentária devida à falta de recursos, que muitas vezes prejudicam seu desenvolvimento. Sendo assim, a elaboração de mecanismos consistentes de

avaliação de eficiência, assim como a adoção de incentivos ao aprimoramento de desempenhos podem proporcionar um substancial aperfeiçoamento do sistema. O presente trabalho teve como objetivo fazer uma análise da eficiência técnica relativa dos departamentos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), com modelos sem e com restrição aos pesos, segundo a ponderação adotada pela planilha de alocação de recursos da UFV, e comparar o ranking dos departamentos entre os dois modelos, identificando com isso os departamentos que melhoraram ou pioraram de posição. As variáveis utilizadas para avaliar o desempenho dos departamentos da UFV foram relacionadas com ensino, pesquisa, extensão, administração e outras atividades, as mesmas utilizadas na matriz de distribuição de recursos da UFV. A ferramenta utilizada para alcançar o objetivo do trabalho foi a Análise Envoltória de Dados (DEA), capaz de quantificar a eficiência produtiva dos departamentos que a constituem, de forma a auxiliar na detecção de deficiências específicas para o estabelecimento de metas. Os resultados evidenciaram a importância da análise de eficiência dos departamentos por meio desses dois modelos, tendo verificado as mudanças de colocação desses departamentos e pôde, com isso, identificar quais departamentos estavam trabalhando de acordo com a ponderação da Planilha da UFV. Concluiu-se com isso que os departamentos que melhoraram de posição estão agindo de forma mais racional do que os outros, otimizando seus esforços e alocando seus recursos de acordo com a planilha da Instituição. Já para os departamentos que pioraram de posição, implica dizer que seus do-



centes não estavam desempenhando suas atividades de forma a contemplar esse critério de ponderação, ou seja, os departamentos não estão agindo de forma a otimizar seus esforços, pelo fato de seus professores não estarem alocando seus esforços na proporção sugerida pela Planilha.

## MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

---

**Título:** Análise do envelhecimento funcional precoce em funcionários de lavanderias terceirizadas – Belo Horizonte-MG

**Autora:** Celina Angélica Lisboa Valente Carlos

**Orientadora:** Simone Caldas Tavares Mafra

**Data da defesa:** 06/10/2008

A Organização Mundial da Saúde (OMS), assim como pesquisadores do mundo inteiro, tem demonstrado preocupação com a questão do envelhecimento relacionado ao trabalho e reconhece que modificações nos vários sistemas do corpo humano levam à diminuição gradativa na eficácia de cada um deles, visto que o envelhecimento causado pelo trabalho antecipa estágios do ciclo de vida do homem, não respeitando o estado natural desse processo. Neste sentido, objetivou-se com esta pesquisa investigar os aspectos relativos à capacidade para o trabalho e à saúde dos funcionários de lavanderias terceirizadas, verificando se eles apresentam sinais de envelhecimento funcional precoce. Foram realizadas observação não-participante nas duas lavanderias e entrevista

semiestruturada com os funcionários, bem como com os gestores de recursos humanos das lavanderias. Foram analisados os atestados médicos apresentados nas lavanderias no período de junho a agosto de 2007 e de novembro de 2007 a janeiro de 2008, além de medições dos níveis de ruído e temperatura. Verificou-se, quanto ao perfil dos funcionários das duas lavanderias, que existe maior participação de mulheres no setor. Em relação ao estado civil e à renda, detectou-se que o número de solteiros e casados é praticamente o mesmo e que a grande maioria possui renda mensal familiar de até R\$500,00. Quanto à escolaridade, a maioria possui entre oito e 12 anos de estudo, idade entre 18 e 30 anos e possui de um a quatro anos de trabalho nas lavanderias estudadas. No tocante ao absenteísmo, identificou-se nas duas lavanderias que este é impulsionado pelas doenças respiratórias e por distúrbios músculo-esqueléticos. Ainda em relação ao absenteísmo, foi possível verificar que na lavanderia “A” foram encontrados índices de frequência de quatro afastamentos iniciados por empregado no período investigado e gravidade de 5,9 dias perdidos por empregado. Além disso, a proporção de dias perdidos para o período estudado foi de 2,9 %. Na lavanderia “B”, foi possível averiguar índice de frequência de 0,73 por empregado, gravidade de 7,53 dias perdidos por empregado e proporção de tempo perdido equivalente a 9,77 %. No que diz respeito aos hábitos de vida dos funcionários, constatou-se que eles são resistentes à prática de atividades físicas, além de fazerem uso frequente de bebida alcoólica e também de tabaco. Identificaram-se nas lavanderias níveis elevados de ruído e

temperatura, além de exposição dos funcionários aos riscos físicos, químicos, ergonômicos, psicossociais e biológicos, o que tem acarretado diversas doenças e fadiga. Desta forma, foi possível concluir que o processo de envelhecimento funcional é resultado de múltiplos fatores, dentre os quais ressalta-se o ambiente laboral, em função do desgaste físico e do nível de estresse exigido pelo trabalho realizado. Conclui-se, então, que é necessário que avaliações sejam realizadas nas lavanderias a fim de elucidar os agentes que provocam doenças e desgastes no trabalho e que contribuam para acelerar o envelhecimento funcional precoce.

**Título:** Os pólos agrofloretais como política de desenvolvimento rural sustentável para as famílias assentadas em Rio Branco no Acre

**Autor:** Elyson Ferreira de Souza

**Orientadora:** Neide Maria de Almeida Pinto

**Data da defesa:** 13/10/2008

A presente pesquisa analisou se a política pública de desenvolvimento rural denominada Polos Agroflorestais proporciona melhorias de vida às famílias assentadas em Rio Branco-AC, figurando como uma alternativa de sustentabilidade nos aspectos econômico, social, ambiental e político-institucional. Os principais resultados da pesquisa revelaram que, em termos econômicos, os Polos representaram oportunidade de geração de renda e importante estratégia para a subsistência das famílias. No social, o maior avanço dos Polos foi proporcionar moradia às famílias.

Em contrapartida, os Polos não apresentam unidades de saúde, policiamento e espaços públicos destinados ao lazer. No aspecto ambiental, a maior parte das famílias pesquisadas revelou sentir necessidade de maiores cuidados no trato com o lixo, destinação de dejetos humanos e da água usada nas casas. No aspecto político-institucional, a pesquisa revelou que as famílias tinham consciência de que o desenvolvimento em nível local poderia ocorrer de várias formas e uma delas seria por meio do acesso a políticas públicas. No entanto, a maioria das famílias assume uma postura pouco proativa, pois deixa a cargo do poder público e das associações a responsabilidade exclusiva de “apresentar melhores resultados quanto aos benefícios para a comunidade”. A análise das condições de vida das famílias pesquisadas apresentou algumas privações quanto ao lazer, educação, saúde, infraestrutura e outros aspectos que afetam decisivamente a maior parcela populacional dos Polos: os jovens. Tal perspectiva compromete seriamente a sucessão e a sustentabilidade dos Polos na condição de política pública. Para que haja melhorias efetivas nas condições de vida das famílias que residem nos Polos Agroflorestais, há que ampliar as práticas holísticas de desenvolvimento, nas quais são considerados não somente os aspectos econômicos, mas a correlação destes aspectos, com o acesso aos serviços sociais básicos, cuidados ambientais e engajamento político-institucional.

**Título:** Da Antiga à Nova Soberbo: contradições da modernidade no processo de deslocamento/reassentamento das fa-

mílias atingidas pela UHE Candonga

**Autora:** Fabiane Aparecida Silva Bortone

**Orientadora:** Márcia Pinheiro Ludwig

**Data da defesa:** 01/07/2008

Este trabalho analisou um caso específico de deslocamento/reassentamento de famílias atingidas por construção de barragem. A implantação da UHE Candonga, no distrito de Santa Cruz do Escalvado, impôs o deslocamento das famílias, antigas moradoras do distrito de São Sebastião do Soberbo, para Nova Soberbo, assentamento construído “artificialmente” para abrigar os atingidos. Nesse contexto, o trabalho parte de uma análise qualitativa, na qual se buscou analisar, a partir das perspectivas das famílias atingidas, a antiga São Sebastião do Soberbo e a Nova Soberbo, por meio das mudanças espaciais, econômicas, sociais e culturais. A tese apoia-se em referenciais teóricos que chamam a atenção para as contradições decorrentes do processo de modernização. Entende-se que a construção de barragem evidencia a lógica da racionalidade capitalista, pautada na busca do “desenvolvimento e progresso” e da necessidade cada vez maior de energia para manter e acelerar o crescimento do país. Assim como em todo processo de implantação de projetos de barragens, o processo de deslocamento é sempre permeado por conflitos, representados pelos interesses antagônicos entre os empreendedores do projeto e os atingidos, que, acreditando nas promessas feitas, inicialmente desejaram a barragem. O deslocamento, embora mascarado pela possibilidade de uma vida melhor, não foi capaz de reprodu-

zir os modos e as condições de vida das famílias, anteriormente ribeirinhas. Assim, a migração, que em algum momento pode ter representado a possibilidade de novas oportunidades para aqueles que se deslocaram do distrito, posteriormente passou a se apresentar como a única opção para as famílias, obrigadas a sair de suas terras para dar lugar ao lago da barragem. Neste contexto, é a racionalidade da ordem global que impõe a todos uma forma única de viver e que, diante disso, é desterritorializadora. O resultado desta pesquisa torna visível que a implantação de um projeto hidrelétrico gera consequências muito maiores do que aquelas previstas nos seus estudos de impactos. Esses projetos rompem com costumes, práticas sociais e modos de vida em função do uso e da apropriação do espaço para fins particulares.

**Título:** A Reforma Psiquiátrica Brasileira e suas repercussões nas famílias de camada popular. Um estudo de caso em Viçosa, MG

**Autora:** Patrícia Njaim Coury Rabelo

**Orientadora:** Neide Maria de Almeida Pinto

**Data da defesa:** Jun. 2008

Esta pesquisa buscou compreender como as famílias de camada popular respondem às demandas de provimento de cuidado e à convivência cotidiana com o portador de transtorno mental, a partir do Movimento de Reforma Psiquiátrica Brasileiro. O objetivo geral que norteou a presente pesquisa foi analisar as repercussões socioeconômicas e subjetivas trazidas pela Reforma Psiquiátrica Bra-

sileira sobre as famílias de camada popular que tem entre seus membros o portador de transtorno mental (PTM). Especificamente buscamos caracterizar o perfil socioeconômico do grupo familiar, do portador de transtorno mental e de seu principal cuidador; analisar como as famílias reconhecem e elaboram o transtorno mental do seu familiar; compreender as modificações ocorridas nas relações do grupo familiar, especialmente as que se referem às mudanças nos papéis familiares, decorrentes da eclosão do transtorno mental; caracterizar as estratégias de organização e as dinâmicas utilizadas pelas famílias de camadas populares que têm um de seus membros com transtorno mental para produzir os cuidados cotidianos ao portador de transtorno mental (PTM); analisar o papel do Centro de Atenção Psicossocial (Caps) na relação da família com o portador de transtorno mental; e analisar o papel das redes sociais no provimento de cuidados ao portador de transtorno mental e ao grupo familiar no município de Viçosa/ MG. A revisão bibliográfica foi dividida em quatro capítulos teóricos: contextualização do panorama político-econômico do Brasil para melhor compreensão das medidas tomadas pelo Estado na reorientação das políticas sociais e de saúde; reconstrução do percurso teórico e cronológico das modalidades de assistências no campo da saúde mental, delineamento da trajetória do movimento antimanicomial e da reforma psiquiátrica; contextualização sócio-histórica da relação da família com o portador de transtorno mental; e a relação entre família, Estado e reprodução social, contemplando ainda estudos sobre cuidados familiares, redes sociais e cons-

trução social do papel da mulher. A pesquisa foi realizada em uma abordagem quanti-qualitativa utilizando a estratégia do estudo de caso e tendo como técnicas de coleta de dados o questionário semiaberto, as entrevistas semiestruturadas, a análise documental e a observação. Foi realizado, junto às famílias de camada popular que possuíam portador de transtorno mental adulto em atendimento junto ao Centro de Atenção Psicossocial (Caps), serviço de saúde mental de natureza pública e gratuita, do município de Viçosa – MG. A amostra foi composta por vinte e cinco famílias para aplicação do questionário. Dentre estas, selecionamos dez famílias com diferentes organizações familiares para a realização da entrevista. Informações oriundas dos questionários foram analisadas e reduzidas a termos descritivos, sendo posteriormente quantificadas por meio de distribuição de frequência. Informações originadas das entrevistas e diários de pesquisa foram analisados tendo como referência a abordagem qualitativa, pela qual buscamos descrever e interpretar como as pessoas agem e atribuem sentidos às suas experiências, destacando diferenças significativas entre as falas dos repondentes. Para isso, os depoimentos foram agrupados conforme as questões da entrevista e buscamos aprofundar a compreensão das questões investigadas por uma leitura compreensiva destas mesmas questões. Foi constatado que as famílias de camada popular, na condição de parceira nos cuidados ao portador de transtorno mental, têm sido sobrecarregadas no aspecto socioeconômico e emocional. Os resultados confirmaram o pressuposto de que a provisão de cuidados ao portador

de transtorno mental ainda é encargo feminino e que tanto a convivência quanto a provisão de cuidados geram sobrecarga emocional e financeira para o cuidador, dificulta a inserção no mercado de trabalho e traz dificuldades para o relacionamento do grupo familiar.

**Título:** Um estudo de caso sobre a reinserção social de portadores de transtorno mental em Belo Horizonte/MG

**Autora:** Poty Colaço Fonseca

**Orientadora:** Maria das Dores Saraiva de Loreto

**Data da defesa:** Dez. 2008

No final da década de 1970, teve início a reforma psiquiátrica no Brasil, que propunha a substituição da internação hospitalar, como única alternativa para a abordagem da crise, por novas alternativas de tratamento para os portadores de transtorno mental (PTM), como as moradias protegidas. A moradia protegida propõe construir dispositivos que possam auxiliar na construção da autonomia possível para os PTM e na sua real inserção social a partir do respeito à sua subjetividade e da crença da sua capacidade de convivência e produção, ainda que marcadas por uma história de exclusão. A presente pesquisa teve como objetivo analisar o processo de reinserção social dos usuários de uma moradia protegida, construída sobre os pressupostos da reforma psiquiátrica. A pesquisa realizada é de natureza qualitativa, tendo sido utilizado o método de estudo de caso em que os instrumentos de coleta de dados foram a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas. Para a análise dos dados, foi utilizada a

técnica de análise de conteúdo, em especial a análise temática, tendo como unidade de significação “vivenciando o processo de reinserção social”. A pesquisa apontou que os sujeitos entrevistados possuem posicionamentos diferentes em relação à reinserção social dos PTM. Do ponto de vista da equipe profissional da moradia protegida e dos ex-moradores, o processo de desospitalização preconizado pela reforma psiquiátrica e a vivência na moradia protegida possibilitaram um ganho importante de autonomia, a possibilidade de conviver no social e de se relacionar com o outro. A moradia protegida aparece nas falas dos ex-moradores como o local que possibilitou o retorno ao convívio social, favorecendo o desenvolvimento das condições necessárias para a autonomia e a inclusão social. Pode-se afirmar que a autonomia diante do sofrimento foi conquistada por esses sujeitos, embora condicionada a uma autonomia social “vigiada”, uma vez que ainda requerem dispositivos assistenciais do entorno social mais próximo, com limitações em termos da liberdade, criatividade e participação. Conclui-se que os ex-moradores da moradia protegida pesquisada passaram por um processo limitado de reinserção social, definida como a possibilidade de o sujeito fazer parte do contexto social, estando incluído nos diversos setores e acontecimentos da vida cotidiana, uma vez que existem inúmeras questões que perpassam a realidade dos PTM, sejam elas biológicas, psíquicas ou sociais. Ocorre um processo de reapropriação pessoal, mas com limitação na criação de espaços próprios e na consolidação dos laços afetivos, principalmente familiares. Enfim, a responsabilização da fa-

mília pela reinserção social do PTM que passou pela moradia protegida restringiu-se à administração dos recursos e das situações de crise ou conflitos. Nesse sentido, deve-se rever o posicionamento da reforma psiquiátrica de desinstitucionalização, por meio de um olhar multidimensional acerca dos modos de ser e de querer do PTM, da forma de viver e conviver na comunidade e em família, bem como das condições das unidades familiares e das redes sociais.

**Título:** Vivências da maternidade tardia, cotidiano e qualidade de vida: a perceptiva feminina, Viçosa, MG

**Autora:** Maria Cristina Rodrigues

**Orientadora:** Karla Maria Damiano Teixeira

**Data da defesa:** 30/05/2008

A sociedade brasileira vive um momento de constantes transformações, e uma delas é a mudança nos padrões e comportamentos familiares, o que pode ser explicado, em parte, pela crescente inserção de mulheres no mercado de trabalho. Administrar trabalho e família trouxe, para as mulheres, um acúmulo de papéis e funções, além de uma das estratégias adotadas para a atenuação do conflito entre diferentes demandas: o adiamento da maternidade para depois dos 35 anos. Esse adiamento é favorecido pelo desenvolvimento das tecnologias reprodutivas, permitindo, assim, a dissociação entre o exercício da sexualidade e a reprodução, podendo-se decidir sobre o momento mais oportuno para a maternidade. Portanto, mulheres que decidiram vivenciar a maternidade tardia enfrentam frustrações e alegrias que

trarão consequências positivas e, ou, negativas que influenciarão o cotidiano e a sua qualidade de vida e a de suas famílias. Assim, esta pesquisa qualitativa teve como objetivo analisar a percepção de mulheres que tiveram filhos depois dos 35 anos quanto às influências da maternidade tardia sobre o cotidiano feminino e familiar e, conseqüentemente, sobre a qualidade pessoal e de sua família. Especificamente, o objetivo foi fazer uma caracterização socioeconômica e demográfica das mulheres; identificar os motivos que levaram as mulheres a vivenciar a maternidade tardia; e analisar a percepção das mulheres sobre as consequências da maternidade tardia para seu cotidiano e de sua família e para a sua qualidade de vida e de sua família. As entrevistadas foram selecionadas de acordo com os critérios da pesquisa, ou seja, mulheres que tiveram o primeiro filho com uma idade mínima de 35 anos em Viçosa, MG, entre os anos de 2000 a 2002, sendo a amostra composta por 11 mulheres. Foram utilizadas pesquisas das fichas do Cadastro de Nascidos Vivos (Sinasc) em Viçosa, MG, e pesquisas bibliográficas, além de entrevista baseada em um roteiro semiestruturado com mulheres que vivenciaram a maternidade tardia. Posteriormente, fez-se a opção pela análise de conteúdo dos depoimentos das entrevistadas para avaliação dos dados. As entrevistadas eram predominantemente casadas, tinham oito anos ou mais de estudo e possuíam renda acima de três salários mínimos. A maioria tinha apenas um filho, nascido de parto cesáreo, e havia feito sete ou mais consultas de pré-natal. Ao contrário da literatura em questão, a maioria não decidiu adiar a maternidade. Algu-

mas se casaram mais tarde; outras, mesmo casadas, não conseguiam engravidar; e outras adiaram a maternidade por preferirem estar estabilizadas financeiramente para depois se tornarem mães. Como consequências negativas, identificaram a falta de tempo pessoal e familiar devido ao acúmulo de tarefas e à dificuldade em engravidar novamente. E, como consequências positivas, relataram que acreditavam que tiveram filho no momento certo, por estarem estabilizadas financeiramente e por se sentirem mais seguras emocionalmente. Constatou-se que, apesar da dupla jornada de trabalho e da falta de tempo pessoal e familiar, as mulheres sentiam-se realizadas com a maternidade tardia, pelo fato de se sentirem mais estabilizadas financeiramente e em condições de oferecer melhor qualidade de vida para suas famílias.

**Título:** A percepção das mulheres beneficiárias do programa bolsa-família sobre sua implementação em Viçosa-MG

**Autora:** Maria da Penha Aparecida Klug Basílio Carneiro

**Orientadora:** Neide Maria de Almeida Pinto

**Data da defesa:** 03/07/2008

Nesta pesquisa, buscou-se analisar, a partir da percepção das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, em sua implantação no Município de Viçosa, MG, a capacidade do Programa de auxiliar na redução da pobreza e da exclusão social enquanto incentiva a inclusão social e práticas cidadãs. Especificamente, teve como objetivos: apon-

tar o desenho do PBF em nível nacional; caracterizar o PBF em Viçosa, a partir dos gestores e das famílias beneficiárias; caracterizar o perfil socioeconômico das famílias atendidas pelo PBF; e identificar a percepção que as famílias beneficiárias têm do Programa Bolsa Família, bem como as mudanças e as permanências percebidas por essas famílias no que diz respeito à diminuição da pobreza e da exclusão social e ao fortalecimento da cidadania. O aporte teórico foi baseado em três categorias – pobreza, exclusão e cidadania – para fundamentar a relação entre a permanência da pobreza e da exclusão no Brasil e o tipo de cidadania existente. O campo empírico foi o PBF implementado no Bairro Novo Silvestre, na cidade de Viçosa, MG. A amostra foi composta por 25 famílias beneficiárias residentes no referido bairro e em seu entorno e por dois profissionais do Programa. O método utilizado para a coleta de dados foi o Estudo de Caso, apoiado nas seguintes técnicas: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas, observação informal e registros fotográficos das condições de moradia das famílias. Na análise dos dados, privilegiaram-se a estatística descritiva e a interpretação dos sentidos a partir dos sujeitos pesquisados, nos termos de Minayo. Foi constatado que o PBF na percepção das famílias é entendido como Bolsa Escola e contribui para o impedimento de situações de fome. O PBF, em Viçosa, prioriza apenas a transferência de renda, razão por que as chances de ser considerado “portas de saída da pobreza e da exclusão social” são pequenas. Em princípio, suas estra-

tégias deveriam conduzir as famílias beneficiárias a novos caminhos, nos quais o peso da pobreza e da exclusão, corporificado nas experiências vividas, desse lugar às experiências de práticas cidadãs, num contexto de inclusão social. Os resultados reforçaram o pressuposto de que a pobreza e a exclusão social só podem ser enfrentadas mediante um conjunto de medidas articuladas que não se caracterizem como assistencialistas, mas que reforcem os direitos de cidadania.

**Título:** Relações entre família, trabalho e lazer: o caso dos professores da Universidade Federal de Viçosa

**Autor:** Samuel Gonçalves Pinto

**Orientadora:** Karla Maria Damiano Teixeira

**Data da defesa:** 27/05/2008

O crescente avanço da tecnologia, da busca pela estabilidade financeira e da concorrência no mercado de trabalho faz com que as pessoas se distanciem das vivências efetivas de lazer, dificultando o acesso a novas opções, bem como a realização de atividades pessoais e familiares, como estar com os filhos, com os familiares e o próprio cuidar de si. Essa dificuldade está presente no cotidiano dos professores universitários. O ato de lecionar, conceder orientações, coordenar atividades, gerenciar projetos, tomar decisões e ações, participar de eventos científicos e reuniões institucionais faz parte do cotidiano de trabalho do professor universitário que, em muitos momentos, apresenta dificuldades em administrar diferentes demandas e, conseqüentemente,

reduz ou elimina as atividades de lazer de sua rotina. O objetivo deste estudo foi analisar o lazer no cotidiano pessoal e familiar dos professores da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Foram aplicados questionários, fundamentados em um roteiro semiestruturado, a 265 professores dos diferentes Centros de Ciências, sendo a amostra selecionada aleatoriamente. Os dados quantitativos foram tabulados e analisados em termos de média, frequência e correlação entre as variáveis, sendo empregado o *Statistical Package for Social Sciences (SPSS)*. Os dados qualitativos foram transcritos, categorizados e analisados com a utilização do *MaxQda*. Os resultados indicaram que o lazer, em alguns momentos, deixa de existir para os professores por uma série de motivos, a saber: o tempo, o espaço físico, a política de oferecimento de atividades e as questões de faixa etária, gênero, espaço e econômicas. A relação das pessoas com o tempo sofre influência de uma série de fatores, sendo essa relação muito individual. Para pensar o tempo, tem-se que refletir sobre a lógica das exigências do trabalho, das obrigações familiares, acadêmicas, do meio em que está inserido e também das características pessoais das pessoas. Conclui-se que os professores da UFV consideram a existência do lazer sem desconsiderar sua cultura e sua formação profissional, mas têm grande dificuldade em dedicar tempo a esse tipo de vivências. Trabalho, lazer e família estabelecem relações interligadas, e a questão do tempo e da atitude permitirá e dará direcionamento às prioridades, diante das necessidades, desejos e obrigações pertinentes ao indivíduo.



**Título:** Locais de preparação e comércio de cachorro-quente: avaliação higiênico-sanitária e o ponto de vista do consumidor

**Autora:** Simone Angélica Meneses Torres

**Orientadora:** Neuza Maria da Silva

**Data da defesa:** 29/05/2008

O fornecimento de alimentos seguros é relevante sob o ponto de vista da saúde pública, visto que alimentos contaminados colocam em risco a saúde da população, além de representar perdas econômicas expressivas para empresas e consumidores. Esta pesquisa teve como objetivo estabelecer um diagnóstico da situação envolvida na venda e no consumo do cachorro-quente vendido nas ruas de Viçosa-MG, no que diz respeito às suas condições higiênico-sanitárias, à percepção do consumidor em relação à qualidade deste alimento e às razões para o seu consumo. Para atender aos objetivos do estudo, o perfil socioeconômico dos consumidores de cachorro-quente foi investigado por meio de entrevistas e questionários, sendo consideradas as seguintes variáveis: sexo, estado civil, número de filhos, faixa etária, grau de escolaridade e renda familiar. Os consumidores também foram questionados a respeito dos hábitos de consumo e dos níveis de percepção relacionados às condições higiênico-sanitárias dos locais de venda deste alimento. Além disto, foram observadas e avaliadas condições higiênico-sanitárias dos locais de venda, com a finalidade de preencher uma check-list para verificação da adequação às Boas Práticas de Fabricação. Também foram realizadas análises microbiológicas de contagem total de mesófilos aeróbios, *Staphylococcus aureus* e coliformes totais

e fecais para detectar possíveis contaminações do alimento pesquisado. A partir da análise dos dados, pôde-se inferir que a maioria dos consumidores deste tipo de alimento pertencia ao sexo masculino, compunha-se de solteiros com menos de 30 anos de idade, que haviam cursado o ensino médio ou tinham o ensino superior incompleto cuja renda familiar correspondia a menos de cinco salários mínimos. Observou-se que a maioria dos consumidores de cachorro-quente em Viçosa-MG consome este alimento em carrinhos ambulantes e percebe como boas as condições higiênico-sanitárias do local. Os locais de venda estudados possuem licença para o funcionamento em vias públicas e alvará sanitário emitido pela Vigilância Sanitária da cidade. Com relação à avaliação das condições higiênico-sanitárias dos locais de venda estudados, em ambos os locais a maior inadequação observada foi relativa ao equipamento ambulante (carrinhos). Os resultados também permitiram concluir que as amostras de cachorros-quentes avaliadas encontravam-se de acordo com os padrões microbiológicos estabelecidos pela legislação vigente, para os microrganismos analisados, o que pode sugerir a existência de práticas de higiene adequadas nos pontos de venda pesquisados.

**Título:** O jogo e seus múltiplos olhares: perspectivas da família e da escola e suas interações na prática educativa

**Autora:** Vicentina Aparecida Veloso de Barros Lisboa

**Orientadora:** Maria de Lourdes Mattos Barreto

**Data da defesa:** 08/08/2008

Nesta pesquisa, investigou-se qual é a concepção de jogo na perspectiva dos professores e das famílias e de que forma essas concepções se refletem na ação educativa na educação infantil e no ensino fundamental. Buscou-se, assim, analisar a concepção de jogo na perspectiva dos professores e das famílias e seus reflexos na ação educativa com crianças de 3 a 8 anos de idade. Especificamente, teve como objetivos: identificar a concepção de jogo para os professores e para as famílias; descrever as funções que os professores e as famílias atribuem ao jogo de acordo com a idade e, ou, nível de ensino; identificar os tipos de jogos e as formas de utilização deles na escola e na família; analisar como as concepções de jogo dos professores e das famílias refletem na ação educativa da escola nos diferentes níveis de ensino: educação infantil e ensino fundamental; e confrontar a concepção de jogo entre os professores e as famílias, revelando as possíveis convergências e divergências. O aporte teórico constou da abordagem do jogo em diferentes perspectivas: antropológica, sociológica e psicológica, assim como de pesquisadores contemporâneos que apontam o jogo como fundamental no processo de desenvolvimento e aprendizagem. O campo empírico foi o Centro Educacional Coeducar, que tem como entidade mantenedora uma cooperativa de pais, que atende crian-

ças e adolescentes de 3 a 14 anos de idade. A amostra foi composta por 12 professores, sendo estes regentes do segmento de Educação Infantil, regentes do Ensino Fundamental e especialistas dos dois segmentos e 12 pais de crianças dos referidos segmentos. Por meio de entrevistas com professores de educação infantil, ensino fundamental e especialistas e pais de crianças da educação infantil e do ensino fundamental, os dados foram coletados, tratados e analisados, mediante o referencial teórico construídos para a investigação. A discussão dos resultados foi realizada a partir da análise de conteúdos, com categorias emergidas dos dados das entrevistas. Constatou-se que professores e pais concebem o jogo de forma diferenciada conforme a idade. Os resultados confirmaram a premissa de que famílias e professores entendem o jogo como elemento integrador na educação de crianças, porém o diferenciam conforme o nível de ensino, ou seja, Educação Infantil e Ensino Fundamental. Foi indicada a necessidade de um maior diálogo entre escola e família no que se refere ao jogo, suas funções e interações com a prática educativa. Essa investigação poderá contribuir para que se amplie o diálogo entre família e escola a respeito da importância do jogo como possibilidade de construção de conhecimento, independentemente da idade das crianças, ou do nível de ensino em que se encontram.